

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XIX



COIMBRA/1981

G. Kampers apela várias vezes para «die Karte». De facto, nós bem gostaríamos de ver ilustrada a obra com um ou vários mapas geográficos e demográficos, mas não encontramos um só!

Finalmente, notamos que a bibliografia utilizada sobe até à volta de 1969, embora a obra tenha sido prefaciada em 1975 e entregue para publicação em 1978. Bastaria comparar a bibliografia sobre Martinho de Braga com a que nós enunciámos no *Dizionario degli Istituti di Perfezione* (Roma, 1978, V vol., coll. 1029-34), para se ver como a de Kampers está desactualizada. Que dizer então de Pascásio de Dume, o qual, ao ser estudado (p. 66) tem como últimos abonadores M. Martins (1956) e Domínguez del Val (1967)?

Não queremos deixar no leitor uma imagem errada sobre o valor da obra de G. Kampers. O conteúdo que deixámos resumido no princípio, o enunciado de problemas gerais como o do «dar o nome» e de mudança de nome no baptismo e na conversão (à vida religiosa) (cf. p. 160-161 e 171-172), a documentação sobre a Hispânia Visigótica e a rica bibliografia sobre onomástica são valores muito positivos desta obra que se torna indispensável para se ter uma ideia segura sobre a ocupação étnica da Península Ibérica de 507 a 711.

JOSÉ GERALDES FREIRE

MANUEL H. LOURINHO — *Prisioneiros Portugueses na Alemanha (Guerra de 1914-1918)*. Edição do Autor, Lisboa, 1980, 165 pp.

A participação dos portugueses na I Grande Guerra tem sido muitas vezes estudada. Também a famosa Batalha de La Lys, ocorrida na madrugada de 9 de Abril de 1918, em que os portugueses sofreram quase sós e sem possibilidades de resistência o ataque maciço dos alemães, é comemorada em celebrações aniversárias. Exaltam-se os heróis, choram-se os mortos, glorifica-se a Pátria. Um aspecto, porém, não tem sido estudado até agora: — a sorte dos portugueses que sobreviveram à derrota de La Lys e foram feitos prisioneiros dos alemães. É este o tema do livro do Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho.

O Autor era tenente médico e conta-nos, nas primeiras páginas, como viveu a batalha. Emoção e raiva, quando viu que não podia resistir à ordem de prisão e de embarque para a Alemanha. Os portugueses foram dispersos por diferentes campos. O Dr. Lourinho esteve primeiro em Rastatt, com 137 oficiais, e foi transferido em Junho para Breesen in Mecklemburg (a Ocidente do Reno), onde se reuniram 263 oficiais. Desde os primeiros dias, os prisioneiros verificaram que deviam unir-se para melhor defenderem os seus direitos e poderem fazer melhor valer as suas justas reclamações. Assim surgiu a Comissão Central de Assistência aos Militares Portugueses Prisioneiros de Guerra, reconhecida pelos Comandos Alemães.

As principais figuras desta Comissão foram o presidente, tenente coronel João Carlos Craveiro Lopes; o tesoureiro, capitão Bento Esteves Roma; e o secretário, tenente médico, Manuel Hermenegildo Lourinho. Este organizou a pasta com toda a documentação, relatórios e actas. Ao longo da sua vida sempre projectou fazer um relato das tribulações sofridas pelos prisioneiros e ilustrá-lo com documentos. As ocupações — militares, profissionais e políticas — retardaram a redacção destas breves memórias, baseadas em muitos documentos transcritos (registámos precisamente 100 documentos) até ao ano de 1968. E depois a publicação tardou até ao fim da vida do Autor (falecido a 24 de Maio de 1979), o qual não pôde afinal mais que rever as primeiras provas tipográficas. A ultimação da edição foi feita pelo seu neto, dr. José Carlos Lourinho Soares Machado.

A narrativa pormenorizada do dr. M. H. Lourinho permite-nos seguir quase dia a dia a vida dos prisioneiros, desde o 9 de Abril de 1918 até à libertação, a 27 de Dezembro seguinte, após porfiados esforços que se seguiram ao armistício de 11 de Novembro. Vemos ali a dureza das autoridades alemãs, os maus tratos sofridos, a má alimentação, a falta de roupas e de aquecimento, a ausência de correio, o roubo de encomendas mandadas pelas famílias e por associações de socorros e até algumas dissensões entre os próprios prisioneiros. Para minorar as agruras de todos, a Comissão desenvolveu uma acção intensa, tanto junto dos Comandos do campo como das Autoridades Centrais Alemãs e Aliadas e das Associações que se constituíram em diversos países para protecção aos prisioneiros. Os portugueses foram especialmente ajudados pela União Cristã da Mocidade da Dinamarca e pela Comissão Portuguesa de Lausana, à frente da qual se encontrava o infatigável sr. F. da Silva Neto.

Um conspecto geral da vida dos prisioneiros poderá obter-se pela leitura de documentos finais de síntese : a carta de despedida do Comité Português de Lausanne (pp. 105-109), o relatório apresentado ao plenário para dissolução da Comissão de Assistência (pp. 136-143) e o Relatório de prestação de Contas (pp. 155-160).

Mas para apreciar os episódios, ora desoladores ora facetos, do dia a dia do campo, é necessário percorrer todo o relato. Aliás, em certos passos, é-nos dado aperceber-nos do ambiente geral que se respirava em Portugal durante os últimos meses da guerra até após o assassinio de Sidónio Pais e sobretudo na Alemanha, quando, nas vésperas da capitulação, comités revolucionários de soldados e operários dominaram a vida pública e aparentemente decidiam sobre campos de prisioneiros, libertação e transportes.

Para além do interesse histórico, também o linguista tem muito que observar nestes documentos: em alguns deles o português está profundamente mesclado com o francês e até o alemão. O livro é ilustrado com três fotografias. Livro de História e livros de dedicação: — do dr. Lourinho pelos seus companheiros; e dos familiares (editores póstumos) pelo dr. Manuel H. Lourinho.

JOSÉ GERALDES FREIRE

BAUDILIO BARREIRO — *La Jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, Sociedad y Economía*. 2.^a edição, Santiago de Compostela, 1978. Departamento de Historia Moderna de la Universidad de Santiago. XI + 698 pp.

Até fins da década de 60 do presente século eram mal conhecidos os aspectos demográficos e rurais da Galiza do Antigo Regime, que frequentemente se tornavam objecto de escritos superficiais e generalizações apressadas. Sentindo as graves carências existentes, o titular da cátedra de História Moderna da Universidade de Santiago de Compostela, Prof. Antonio Eiras Roei, lançou, a partir de 1968-69, um projecto de estudos regionais realizados em profundidade, sobre áreas limitadas, bem caracterizadas do ponto de vista geográfico e humano.